



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

ATA DA 134ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA

REALIZADA NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Participantes Governo: Deborah Aparecida La Rocca (SMDHC); Patrícia Goreti (SMDHC); Betania Alves (SMDHC); Myllena Candido (SMDHC); Mary Luciana (SMADS) Luci (SMDHC/ODH); Thiago Fijós (SME); Luciana Braga (SGM); Erico Baptistella (SMSUB), Maria Isabel Capinan (SGM).

Participantes Sociedade Civil: Gisele Abreu; André Aio.

Participantes Organização Social: Beatriz Clemente (FÓRUM DA CIDADE), Cleyton Ferreira (É DE LEI), Mabel Andrade (AEB), Darcy Costa (CISARTE); Sheila Marcolino (GASPAR GARCIA).

Local: Câmara Municipal dos Vereadores – Oscar Pedroso (CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO), andar –1.

Pauta anterior: Visitas na Vila Reencontro; Notificação aos Municípes (conforme manual de boas práticas); Curso de Formação aos Conselheiros.

Pauta a deliberar em 05/12/2025 - Deliberar sobre a inclusão do conselheiro amigo indicado; Agenda periódica de visitas e monitoramento nos equipamentos, Centro de acolhida, Vila reencontro, repúblicas, CAE morada São João.

A 134ª Reunião Ordinária do Comitê PopRua prevista para 03 de novembro de 2025, foi presidida por Deborah La Rocca e Patrícia Goreti e Betania Alves, abriu a reunião

A reunião 134ª foi iniciada pela coordenadora **Débora** La Rocca (SMDHC), que saudou os presentes, declarou abertos os trabalhos no Plenário e informou sobre a transmissão online. Em seguida, passou a palavra à secretária executiva **Betânia Alves**, que procedeu à conferência do quórum e composição da mesa. Compuseram a mesa representantes das pastas de governo (SMADS, SMS, SMSU, SMDet, SGM e SMDHC) e da sociedade civil, incluindo **André Aio**, **Gisele Abreu**, representantes da **AEB**, **Gaspar Garcia**, **Cisarte**, **É de Lei**, e conselheiros do segmento "Conselheiro Amigo".

Betânia submeteu à plenária a aprovação do senhor **Castor** como novo Conselheiro Amigo, o que foi aprovado por unanimidade. Ao assumir a palavra, **Castor** agradeceu a



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

nomeação, mas estabeleceu uma condição enfática: afirmou que assume a posição como "morador de calçada" e que, se a proposta da mesa for trair a população de rua, ele se retirará. Solicitou expressamente que sua fala fosse registrada em ata e vídeo. Castor criticou o procedimento atual das atas, argumentando que, no momento de sua criação, o Comitê previa que as atas fossem impressas, entregues e lidas antes das reuniões. Questionou a eficácia do formato digital para a população de rua e repreendeu o que chamou de "autoritarismo" na condução da mesa. Em resposta, **Débora** e a mesa técnica explicaram que todos os documentos e atas estão disponíveis no processo SEI e fisicamente na pasta da reunião para consulta, informa também que essa será uma deliberação que será votada em uma próxima reunião. O conselheiro **André, Cleiton** e a conselheira **Gisele** intervieram, pedindo ordem e respeito nas falas para que a reunião pudesse prosseguir e construir propostas, ao invés de se tornar um espaço de ataques mútuos.

Pauta 1: Cronograma de Visitas às Vilas Reencontro (NDS/SMADS) A coordenação passou a palavra a **Roberto**, representante do Núcleo de Desenvolvimento Social (NDS/SMADES), para apresentar o cronograma de visitas. Roberto detalhou que as visitas ocorrerão às quartas-feiras, a partir da segunda quinzena de janeiro de 2026, cobrindo duas vilas por dia (manhã e tarde). Listou as datas e locais, incluindo Vila Cruzeiro do Sul, Pari, Anhangabaú, Canindé, e as futuras unidades Armênia 1 e 2, Jabaquara, Santo Amaro, Sapopemba, Guaianases e Cidade Tiradentes. Ele enfatizou a necessidade de pontualidade devido às distâncias entre as unidades. Após a apresentação, a conselheira **Gisele** questionou Roberto sobre o caso específico de **Dona Mercedes**, que estaria há mais de um ano aguardando vaga na Vila Reencontro e foi recusada. Gisele perguntou sobre a acessibilidade para cadeirantes.

Em resposta à conselheira Gisele, que questionou o motivo da recusa de vaga para a senhora Mercedes (idosa e cadeirante) e a exclusão de idosos e pessoas com deficiência, **Roberto** esclareceu que a gestão das vagas enfrenta uma "demanda reprimida" muito alta. Por conta disso, ele afirmou que a prioridade técnica atual do programa é o acolhimento de **famílias com crianças na primeira infância**. Sobre o caso específico de idosos e Pessoas com Deficiência (PCDs), Roberto argumentou que a metodologia da Vila Reencontro exige que o morador tenha **autonomia**. Ele detalhou que as unidades (as "casinhas") são espaços de moradia independente e que o equipamento **não possui estrutura de saúde ou cuidadores** (como uma ILPI ou hospital) para atender pessoas acamadas ou com alto grau de dependência.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Portanto, segundo Roberto, se um idoso ou PCD possui retaguarda familiar (outros membros da família que ingressarão juntos na Vila), o acolhimento é possível, pois a família oferece o suporte. No entanto, se o idoso estiver sozinho e possuir comorbidades que impeçam sua autonomia no dia a dia, o acolhimento é tecnicamente inviável naquele modelo, sob o risco de desassistência dentro da própria vila. Ele finalizou informando que as "famílias extensas" (com muitos membros) estão sendo direcionadas prioritariamente para as novas unidades Armênia 1 e 2.

Castor interveio novamente, rebatendo Roberto. Afirmou ter presenciado crianças e casais dormindo na Praça da República sem atendimento, chamando a explicação de Roberto de "pequena partícula" diante da realidade macro de São Paulo.

A conselheira **Mabel** (AEB) questionou o NDS sobre se a inauguração das novas vilas tem relação com o fechamento dos hotéis (CAFs) no centro e a demissão de trabalhadores desses locais, pedindo um adiamento dos fechamentos para após o Natal. **Roberto** respondeu que não tem competência para falar sobre os CAFs/hotéis, sugerindo que a dúvida fosse direcionada ao gabinete da SMADS, pois seu escopo é apenas a Vila Reencontro.

O conselheiro **André Aio** perguntou sobre a inclusão de solteiros e população LGBTQIA+ nas vilas. **Roberto** esclareceu que não há distinção de arranjo familiar (aceitam-se uniões homoafetivas, monoparentais etc.), mas reiterou que a prioridade emergencial no momento continua sendo famílias com crianças.

O senhor **Márcio Antônio**, presente na plenária, pediu a palavra. Criticou a logística proposta para as visitas na Cidade Tiradentes, comparando o tratamento dado às autoridades (que têm batedores e transporte rápido) com a dificuldade imposta à população e aos conselheiros para chegarem a locais distantes.

Em determinado momento ainda com a fala Deborah chama Cassia e informa que ela gostaria de fazer um convite sobre o evento do dia 10/12 na faculdade de Saúde Pública da USP, que fica localizada na Avenida Doutor Arnaldo, 715 – Cerqueira Cesar – SP. Cassia informa que o evento será das 08h30 às 17h30 com tema de “Atenção Psicossocial às Pessoas em Situação de Rua: DESAFIOS INTERSETORIAIS”.

Pauta 2: Apresentações das Organizações Sociais:



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Sheila Marcolino, representante do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e das organizações, inicia sua fala pontuando as dificuldades que o comitê tem enfrentado para dar conta das pautas e conduzir as reuniões. Ela destaca que, embora a ata tenha sido mencionada, ela não foi aprovada, e solicita formalmente que seja registrada a consideração que ela fez no documento. Ela alerta para o fato de que havia pessoas do lado de fora impedidas de entrar na reunião. Sheila esclarece que, diferentemente da reunião anterior onde o problema foi a falta de documentação, naquela data o impedimento se dava pela falta de espaço físico. Ela argumenta enfaticamente que a tentativa dos conselheiros de organizar a reunião não pode estar atrelada à impossibilidade de participação popular, lembrando que os conselheiros assumem a responsabilidade pelas decisões tomadas.

Sheila sugere que, se a sala atual não comporta a todos por questões logísticas, que se providencie um outro espaço com telão (como já feito anteriormente) para garantir que ninguém fique sem acesso à transmissão e aos debates.

Após uma intervenção da mesa sugerindo discutir o assunto em janeiro, Sheila retoma a palavra para reforçar seu posicionamento. Ela exige que fique registrado o pedido por um espaço que comporte os "35 mil moradores de calçada" e não apenas os poucos presentes conhecidos, afirmando que, se o espaço não for para essa totalidade, a reunião se reduz a números pequenos e perde sua validade.

Débora La Rocca responde à questão levantada anteriormente (por Sheila) afirmando que a mesa, de forma geral, concorda com a preocupação. Ela esclarece que a decisão sobre o local não partiu daquele coletivo específico, mas propõe levar o tema para a reunião extraordinária de janeiro. O objetivo seria reavaliar, em conjunto com o comitê, qual seria o melhor espaço para garantir a acessibilidade e a participação de todos. Logo em seguida, **Castor** intervém de forma enfática. Ele reivindica um espaço capaz de comportar os "35 mil moradores de calçada" e não apenas os poucos presentes que ele conhece. Ele argumenta que a reunião só teria validade se fosse realizada em um local para essa totalidade de pessoas; caso contrário, seria uma reunião reduzida a números pequenos. Complementando sua fala, Beatriz Clemente informa que havia oito pessoas do lado de fora que não conseguiram descer para o plenário. Ele exige que fique registrado em ata que essas pessoas não conseguiram entrar e reforça a necessidade de um local que permita a participação coletiva.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Aqui está o relato da fala de Mary, da Proteção Social Especial, em texto corrido:

Mary Luciana (SMADS), assessora da Frente Pop Rua da Proteção Social Especial da SMADS, iniciou sua intervenção retomando as questões levantadas em reuniões anteriores referentes aos serviços de acolhimento. Ela informou que, após as denúncias, a equipe da Proteção Especial dialogou com a gestora de parcerias dos serviços mencionados para compreender as demandas e verificar o que de fato estava ocorrendo. Prosseguindo, Mary enfatizou o caráter do Comitê como um espaço destinado primordialmente à construção conjunta de políticas públicas e melhorias nos serviços. Ela ponderou que, embora o espaço esteja aberto à escuta, denúncias isoladas apresentadas apenas ali, sem o devido encaminhamento formal, dificultam a apuração e a resolução dos problemas.

Nesse sentido, orientou que relatos de violações de direitos, irregularidades e, principalmente, agressões, devem ser obrigatoriamente formalizados via Ouvidoria Geral ou da SMDHC, pois existe um fluxo estabelecido para tratar essas questões. Para casos de violência física, reforçou a necessidade de realização de Boletim de Ocorrência para que haja investigação policial, ressaltando que o Comitê, por si só, não possui competência ou instrumentos para investigar crimes. Ao finalizar sua fala, abordou a preocupação dos presentes quanto ao fechamento ou transição dos Hotéis Sociais. Mary esclareceu que a Proteção Social Especial não detém a gestão direta sobre essa decisão específica e, por isso, não possuía informações oficiais ou detalhes técnicos naquele momento. Comprometeu-se, contudo, a levar a demanda à coordenação responsável e ao Gabinete da SMADS para obter os esclarecimentos necessários e trazê-los na próxima reunião.

Maria Luiza iniciou sua intervenção apresentando-se como ex-coordenadora da Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua do município, corrigindo-se imediatamente para "ex-marionete", e afirmou que os direitos humanos não funcionam na prática. Ela relatou ter sofrido assédio moral dentro da secretaria, citando especificamente Adalberto e a secretária Regina, que a teriam chamado de "maloqueira" por ela se posicionar ao lado dos menos favorecidos. Em tom de desabafo, criticou a condução das políticas públicas, apontando a existência de pessoas que recebem o benefício do POT (Programa Operação Trabalho) sem trabalhar, apenas por vínculos de amizade ou parentesco, enquanto quem realmente necessita e está na rua continua passando fome. Ela enfatizou que a solução real exige ir para a rua e ouvir as



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

pessoas, atitude que ela tomou e pela qual foi julgada como errada, argumentando que é fácil discursar sentado em uma cadeira, mas difícil se misturar com a realidade. Maria Luiza citou ações diretas que realizou, como resolver problemas de convivência em Santo Amaro e solicitar banheiros químicos, criticando a burocracia e a ineficácia das respostas oficiais, classificando a reunião como um "circo de palhaçada" e uma vergonha. Ao finalizar, reforçou que não depende de dinheiro público, pois conquistou seus bens através do legado familiar e trabalho próprio, diferentemente de ONGs que, segundo ela, recebem milhões, mas não atendem adequadamente a população, deixando registrado seu total repúdio às discussões apresentadas até aquele momento.

Mabel Andrade iniciou sua fala atendendo a uma solicitação para apresentar a organização que representa, a AEB (Associação Evangélica Beneficente). Ela explicou que a instituição foi fundada em 1928, estando prestes a completar 100 anos, e que nasceu em um contexto em que o grande problema do Brasil era a tuberculose. Naquela época, sem saúde pública ou assistência social estruturadas, o tratamento dependia de entidades religiosas. Com o passar do tempo, a organização expandiu sua atuação para outras frentes, como a educação infantil e o atendimento a idosos, adaptando-se às necessidades sociais de cada período. Ela relatou que o trabalho específico com a população em situação de rua começou na década de 1990, a convite da própria prefeitura, momento em que passaram a aprender com os movimentos sociais já existentes, como a Rede Rua e o Gaspar Garcia. Mabel lembrou a criação da Casa Porto Seguro e o longo período de luta política — de 1991 a 2001 — para garantir legislação e direitos para essa população, citando o decreto assinado por Marta Suplicy em 2001 e a Política Nacional de 2009. Rememorou também momentos históricos de mobilização, passeatas e atos em resposta ao massacre da Sé em 2004, destacando que a organização sempre atuou em apoio ao protagonismo do movimento da população de rua. Ao final, Mabel detalhou os serviços atuais da AEB, que incluem educação infantil, orquestra, centros para idosos e serviços para famílias e adultos. Ela encerrou com uma preocupação contundente sobre o fechamento previsto de três CAFs (centros de acolhida para famílias em hotéis) no centro de São Paulo naquele mês. Questionou a contradição entre a alegação do governo de que existe uma "demanda reprimida" por vagas para famílias e a ação simultânea de fechar esses equipamentos, deixando as famílias sem destino certo, e cobrou uma explicação do gabinete da SMADS sobre essa situação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Luciene Cisarte iniciou sua apresentação agradecendo o convite e descrevendo o Cisarte como uma organização que nasceu da iniciativa das próprias pessoas em situação de rua, debaixo do Viaduto Pedroso. Ela explicou que o projeto surgiu da vontade desse grupo em criar uma metodologia de atendimento humanizado, diferente dos modelos tradicionais de albergues ou caridade, funcionando como uma "porta de saída" ou, como ela comparou, um "SESC" para essa população. Ressaltou que o início se deu sem verba pública, construído apenas com o esforço coletivo e a troca de saberes, onde quem dominava uma habilidade ensinava os demais.

Ela detalhou as diversas atividades desenvolvidas no espaço, como aulas de inglês, música, serigrafia, japonês, teatro e inclusão digital, destacando a cozinha como o "coração" do projeto. Segundo Luciene, a cozinha é um local de resgate de memórias afetivas e dignidade, onde as pessoas cozinham e comem à mesa, escolhendo o que servir, rompendo com a lógica da "marmita". Ela enfatizou vigorosamente que a filosofia do Cisarte é baseada na autonomia, no respeito e no protagonismo, recusando a vitimização dos frequentadores e focando na inteligência e na capacidade de reinserção social e profissional de cada um. Após uma interrupção causada por um tumulto na plenária, Luciene retomou sua fala reforçando que o Cisarte é um espaço de transição e organização, não de permanência ociosa. Ela citou parcerias com entidades como SEBRAE e SESC, mencionou a produção de documentários e camisetas pelos próprios participantes e o suporte oferecido para saúde e documentação. Finalizou definindo seu papel não como assistente social ou psicóloga, mas como uma administradora e "identificadora de talentos", afirmando que trabalha focada na potencialidade e na redução de danos, e celebrou o fato de que, dos 50 participantes atuais, a grande maioria já conseguiu sair da rua, pagando seus próprios quartos ou residindo em hotéis sociais.

O Superintendente Inspetor Guilherme interveio de forma incisiva para restabelecer a ordem no recinto, alertando que, caso o tumulto e as interrupções persistissem, ele seria obrigado a solicitar a entrada da Guarda Civil ou até mesmo encerrar a reunião sem que as propostas pudessem ser debatidas. Ele ressaltou que comparecia ao local acreditando se tratar de um ambiente frequentado por pessoas civilizadas, onde deveria prevalecer a regra básica da comunicação: enquanto um fala, o outro escuta. O Inspetor cobrou respeito aos membros do conselho presentes, criticando o comportamento geral ao afirmar que a sala não poderia se assemelhar a uma turma de quinta série. Dando continuidade, ele pediu que a apresentação do Cisarte fosse ouvida com



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

atenção, lamentando que a fala anterior tivesse sido interrompida diversas vezes, o que impediu a exibição completa dos slides. Guilherme apelou à cidadania e à educação de todos os presentes, reforçando que o reconhecimento e o respeito mútuo são essenciais. Por fim, ele rogou por um pouco de paz no ambiente, observando a falta de tranquilidade no local, e desejou que, com a graça de Deus, a reunião pudesse prosseguir de forma produtiva para que as propostas fossem devidamente apresentadas.

Aberta a palavra para o público, foram feitos relatos contundentes:

Dona Maria das Mercês - questionou Roberto sobre o motivo de ter sido recusada para uma vaga na Vila Reencontro, relatando sua urgência por ser idosa, estar prestes a realizar uma cirurgia de hérnia e precisar do acolhimento conjunto com seu esposo. Em resposta, Roberto explicou que o relatório social é encaminhado pela equipe técnica do serviço diretamente para a Central de Vagas, que é o órgão responsável pela análise e deferimento dos pedidos. Ele esclareceu que sua coordenação não realiza mais esse tipo de gestão direta, motivo pelo qual não saberia especificar a razão técnica da negativa, sugerindo que apenas a Central de Vagas poderia dar essa devolutiva. Indignada com a situação, Dona Maria retrucou sobre a falta de acesso à moradia digna para os idosos no país. Ela prosseguiu com um desabafo contundente sobre as condições na Morada São João, comparando o ambiente de opressão vivido lá aos tempos da ditadura militar, período que afirmou ter combatido. Relatou que os idosos vivem de cabeça baixa com medo de perderem o lugar de dormir e expressou profunda revolta com a possibilidade de ter que convalescer de sua cirurgia na rua aos 68 anos, questionando que tipo de sistema permite tal desumanidade. Ela encerrou sua fala reafirmando sua cidadania e chamando Dona Socorro para testemunhar os fatos, declarando que, mesmo temendo represálias e a possibilidade de ir para a rua naquele mesmo dia, estava ali para falar a verdade.

Dona Socorro iniciou sua fala identificando-se também como moradora da Morada São João, reforçando as denúncias feitas anteriormente por Dona Maria. Ela relatou, com muita indignação, situações graves de maus-tratos contra os idosos no local, citando o caso de um senhor de 93 anos que teria sido colocado na rua durante a noite e de outro com a coluna quebrada que foi empurrado. Socorro acusou os monitores de agirem com violência, de utilizarem drogas dentro do equipamento e de furtarem pertences nos quartos dos idosos durante o horário de almoço. Segundo ela, as reclamações levadas



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

à gerência resultam apenas em ameaças de expulsão, criando um clima de medo e impunidade. Em seu desabafo, ela descreveu sua própria vulnerabilidade, afirmando ser uma pessoa sozinha, que não faz uso de álcool ou drogas, e que se sente parte de uma "ralé" esquecida, vivendo entre o albergue e pensões quando recebe o auxílio. Criticou o fato de que visitas anteriores de fiscalização não resolveram os problemas e, pelo contrário, a situação teria piorado. Dona Socorro encerrou sua participação expressando um nível extremo de desespero, afirmando que a situação no abrigo está insustentável a ponto de temer por uma tragédia, seja contra sua própria vida ou em uma reação violenta contra os agressores, e reiterou o medo de sofrer represálias imediatas ao retornar para o abrigo após a denúncia. Após a fala de Dona Socorro, houve uma sugestão imediata da mesa para propor uma intervenção do Comitê, ele explicou o funcionamento do Núcleo de Desenvolvimento Social (NDS), esclarecendo que sua atuação é focada no programa Vila Reencontro e que não possui gerência direta sobre os parâmetros do Auxílio Reencontro ou a administração dos hotéis mencionados. Ele se comprometeu a levar os questionamentos levantados para a coordenação responsável e sugeriu convidar os gestores do auxílio para a próxima assembleia, a fim de que possam prestar os esclarecimentos devidos, inclusive sobre a questão dos idosos sozinhos e a composição familiar atendida pelos programas.

Laerte iniciou sua participação dirigindo uma pergunta à representante da AEB, questionando como funciona o projeto da instituição voltado para idosos, especificamente se é um serviço pago mensalmente ou uma assistência gratuita. Para contextualizar sua dúvida, ele contou sua própria trajetória, relatando que chegou a São Paulo vindo do Rio de Janeiro em 1991 e que, desde então, vive em situação de rua, sem ter conseguido melhorias significativas em sua condição de vida, apesar de a cidade tê-lo acolhido. Ele explicou que começou a lutar por moradia nos anos 2000, passando por diversos programas como bolsa aluguel e auxílio aluguel. Em 2009, ao tomar conhecimento da COAB, inscreveu-se imediatamente e, desde então, comparece todo ano para renovar seu cadastro, vendo o processo se arrastar sem resultados. Laerte expressou sua frustração ao presenciar pessoas conseguindo apartamentos rapidamente e até alugando-os, enquanto ele continua aguardando. Ele finalizou citando uma reportagem que viu na televisão sobre um esquema de propina na COAB, envolvendo empresários com vários apartamentos, e concluiu que agora entende o motivo de nunca ser contemplado: o fato de nunca ter tido dinheiro para participar desses esquemas.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Luci começou sua fala expressando indignação com a situação relatada anteriormente pela senhora da Morada São João. Ela afirmou ter ficado "de cara" com o estado do local, que antigamente era um abrigo de referência para idosos e, segundo ela, agora "virou lixo". Ela declarou com convicção que, independentemente disso, não estará mais na rua em breve, pois irá para a sua própria casa nos próximos seis meses e não a verão mais naquela situação. Mudando o foco para sua dúvida principal, dirigiu-se a Roberto (do NDS) para questionar sobre o prazo do Auxílio Moradia. Ela explicou que o benefício tem validade de dois anos e, citando seu próprio caso, disse que já completou 62 anos, sendo, portanto, idosa. A sua preocupação central foi saber qual é a proposta da prefeitura para as pessoas idosas, como ela, quando esse prazo de dois anos vencer, especialmente considerando que muitos não conseguiram inserção no mercado de trabalho. Ela encerrou sua participação cobrando uma resposta sobre o que será oferecido a esse grupo após o término do contrato do auxílio.

Roberto iniciou sua resposta explicando o funcionamento do Núcleo de Desenvolvimento Social (NDS), esclarecendo que a sua atuação é focada especificamente na vertente do programa da Vila Reencontro. Ele pontuou que, em relação ao público que recebe o Auxílio Reencontro, ele não possui os parâmetros técnicos ou administrativos para fornecer as respostas detalhadas que Luci solicitava, visto que se trata de uma modalidade distinta de atendimento. Diante da insistência de Luci sobre as dificuldades de renovação do auxílio e a exigência de pagamento de aluguel para uma pessoa idosa e com problemas de saúde, Roberto reforçou que, justamente por não deter a gestão dessas regras, não poderia dar uma solução imediata. No entanto, ele firmou o compromisso de levar o questionamento dela adiante e de solicitar que, na próxima assembleia, a pessoa responsável diretamente pelo Auxílio Reencontro esteja presente para esclarecer como ficará a situação das famílias e idosos após o vencimento do prazo de dois anos do benefício.

José França iniciou sua intervenção cumprimentando os presentes e expressando estranhamento pelo fato de assuntos graves não estarem na pauta do dia. Ele esperava que o comitê discutisse o fechamento dos hotéis sociais e o que ele classificou como o "assassinato" de uma pessoa em situação de rua dentro do Chá do Padre. Nesse momento, ele foi interrompido por Mabel, que contestou o uso do termo "assassinato" sem provas, gerando uma discussão acalorada onde França defendeu sua fala, argumentando que, independentemente do laudo técnico — seja hipotermia ou outra causa —, o fato incontestável e grave era a ocorrência de uma morte dentro de um



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

equipamento público destinado a proteger e cuidar dessas pessoas. Prosseguindo, França criticou a desigualdade no tratamento dispensado pela segurança no local, questionando por que chamaram cinco policiais para conter uma briga entre dois rapazes anteriormente, mas não havia a mesma prontidão para garantir a ordem naquele momento de debate. Ele rebateu veementemente a fala anterior que classificou as manifestações como "teatro", afirmando que as apresentações de slides exibidas na reunião não mudam a vida de ninguém ali e que é necessário encarar a realidade dos fatos, como o fechamento do hotel onde ele mesmo residia e o risco de ele acontecer com as Vilas Reencontro no futuro. Ele direcionou uma cobrança específica à representante da Secretaria de Governo, exigindo uma devolutiva sobre o fechamento dos hotéis, já que outras secretarias costumavam dar retornos. França também questionou a efetividade do comitê, perguntando se alguma comissão havia sido formada para visitar os locais denunciados pelos idosos, apontando que as pessoas vão à reunião fazer denúncias e saem sem soluções. Após uma breve troca com Gisele sobre as visitas, ele finalizou demonstrando frustração e desorientação, afirmando estar "perdido" na reunião e sugerindo que a pauta fosse enviada com antecedência, pois, se soubesse que a dinâmica seria aquela, nem teria comparecido.

Gisele Abreu iniciou sua intervenção rebatendo questionamentos sobre a pauta, lembrando aos presentes que os temas definidos para aquela reunião eram habitação, POT e Vila Reencontro, e que o foco deveria ser mantido nesses assuntos. Em seguida, ela pediu questão de ordem para expressar sua frustração com a repetição mensal de cobranças sem ação prática. Gisele enfatizou que qualquer pessoa, e não apenas o comitê, pode e deve encaminhar denúncias aos órgãos competentes, como a Casa Civil, Direitos Humanos e o Ministério Público, em vez de ficar esperando um mês inteiro por uma resposta do comitê. Ela criticou a postura de alguns conselheiros que, segundo ela, reclamam, mas não comparecem quando as visitas de fiscalização são agendadas. Gisele afirmou de forma contundente que ela não fica dependendo de demandas formais: quando identifica irregularidades no POT, na locação ou no auxílio, ela mesma vai aos locais, faz a denúncia e "faz o seu barraco", o que, segundo ela, tem dado certo na maioria das vezes. Ela encerrou sua fala reforçando que a reclamação é a mesma todos os meses e que, para que as coisas funcionem de verdade, as pessoas precisam tomar a iniciativa de ir lá e fazer acontecer, em vez de apenas esperar.

Sheila seguiu pontuando que algumas manifestações anteriores desconheciam o trabalho realizado pelos conselheiros, afirmando que eles têm, sim, encaminhado as



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

pautas levantadas no comitê, inclusive a solicitação para dialogar sobre o fechamento dos hotéis. Sobre as mortes na rua, ela ressaltou que é uma preocupação de todos e que o tema foi debatido na reunião do subcomitê, mas enfatizou que o assunto deve ser tratado com cuidado, responsabilidade e respeito às famílias e aos trabalhadores, evitando ações levianas. Em relação às denúncias sobre a Morada São João, Sheila informou que a Comissão de Direitos Humanos já realizou uma visita ao local e que o objetivo do comitê é pensar em formas de apoiar e fiscalizar, aguardando os relatórios oficiais. Em um tom de desabafo, Sheila lamentou ter falado pouco nas reuniões anteriores devido ao ambiente de atropelo e violência verbal, onde os próprios participantes acabam se agredindo em vez de dialogar, o que considerou um desrespeito, já que todos deveriam estar do mesmo lado para resolver os problemas. Ela defendeu a idoneidade do Centro Gaspar Garcia, esclarecendo que a entidade possui convênio apenas com a Secretaria de Direitos Humanos e realiza um trabalho sério, rebatendo acusações de que estariam ali por dinheiro. Por fim, relatou que tomou a iniciativa de pegar a lista das pessoas que ficaram do lado de fora para que constassem em ata, reafirmando seu compromisso com a transparência e alertando que, se o grupo não começar a se ouvir e a parar de brigar entre si, não conseguirão avançar na construção da política pública para o próximo ano.

Tuane iniciou sua fala denunciando a invisibilidade contínua da população LGBT, especialmente das pessoas transexuais, que segundo ela continuam sendo vítimas da marginalidade e das ruas sem receberem as devidas oportunidades. Ela exigiu respeito rigoroso para com toda a diversidade da comunidade — citando transmasculinos, não binários, gêneros fluidos e intersexos — e advertiu que, assim como sempre respeitou a todos, deixará de respeitar qualquer um que trate a sua comunidade com desdém, referindo-se a episódios de desrespeito ocorridos no local. Na sequência, ela trouxe uma denúncia específica sobre o programa Transcidadania, relatando que os pagamentos estão atrasados há três meses. Tuane explicou que esse recurso é vital para que essa população possa estudar e pagar seus aluguéis, saindo da vulnerabilidade, e que o atraso compromete diretamente essa autonomia. Por fim, identificando-se como moradora da Vila Reencontro, ela cobrou da mesa e das secretarias de habitação uma proposta concreta de "saída qualificada e assistida com moradia" tanto para quem está nas Vilas quanto para quem recebe o Auxílio Reencontro, para garantir que essas pessoas tenham um destino seguro ao fim dos programas.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Cleiton descreve o ambiente da reunião como difícil, destacando a extrema responsabilidade que os conselheiros têm ao representar a população em situação de rua. Ele expressou seu desconforto em ver pessoas que já vêm fragilizadas das ruas atacando umas às outras, ressaltando que aquele espaço deveria ser destinado à garantia de direitos, ao cuidado e ao respeito mútuo, independentemente de classe, gênero, raça ou cor, pois todos ali são seres humanos. Trazendo sua própria vivência, Cleiton relatou que vem das ruas, da "Craco" (Cracolândia) e do sistema carcerário, afirmando que nesses lugares existe o "papo reto" e as pessoas sabem trocar ideias com respeito, algo que ele sentiu faltar na dinâmica daquele comitê. Ele pediu desculpas por não ter realizado a apresentação institucional da sua organização, explicando que, como pessoa com deficiência, teve dificuldades para operar a apresentação no equipamento. Manifestou também solidariedade à Bia em relação à situação no Chá do Padre e encerrou com um desabafo sobre sua saúde mental, alertando que o comitê se tornou um "lugar de ódio". Ele declarou que, se o ambiente continuar dessa forma destrutiva, não terá condições de permanecer, pois em vez de construir políticas, acaba voltando para casa se sentindo destruído.

Logo em seguida, a palavra é passada para **Luciana**, que realiza um encaminhamento prático e urgente referente à "Morada São João". Diante da falta de entrega de um relatório técnico sobre as denúncias envolvendo idosos naquele equipamento, ela propõe a instauração imediata de um Comitê de Averiguação Preliminar para fiscalizar a situação, comprometendo-se a oficializar o pedido documentalmente no dia seguinte.

Por fim, Deborah retoma a fala para encerrar oficialmente os trabalhos. Ela agradece a presença de todos e anuncia que convocará uma reunião extraordinária para janeiro. Dirigindo-se especificamente ao Sr. Castor para responder a uma dúvida anterior, ela explica que essa reunião de janeiro terá o objetivo principal de definir as datas e o calendário do comitê para o ano de 2026. A gravação termina com Deborah desejando um bom retorno a todos os presentes.

Que conste em Ata que Alex informou a Deborah que iria processá-la.

Encaminhamentos:

N.	Descrição	Responsável	Órgão
----	-----------	-------------	-------



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
COMITÊ INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

01	Instauração imediata de um Comitê de Averiguação Preliminar para fiscalizar a situação - Morada São João	SGM Luciana	SGM/SM DHC
2			

Link Lista de presença: [Lista de presença](#)

Link da Ordinária disponível no Youtube: [Ordinária 134º Comitê PopRua](#)